

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo pode alterar tributos que incidem sobre combustíveis](#)..... 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo pode alterar tributos que incidem sobre combustíveis.....	2
Título: Para Aneel, tarifa de energia é ‘preocupante’	4
Título: Notas	5
Título: Ressarcimento por falta de luz em confrontos é suspenso	5
Título: Notas	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Meirelles quer reduzir preço da gasolina	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: A gasolina do candidato Meirelles	10
Título: Indústrias dos EUA tentam barrar taxas	11
Título: Importadores vão ao Cade contra Petrobras	13
Título: Meirelles cria divergência com Petrobras	15
VEÍCULO: Correio Braziliense	16
Título: Chinesa State Grid ficará com a AES Eletropaulo?.....	16
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Meirelles fala em mudar preços de combustíveis, mas recua no fim do dia	16

Título: O dia em que o candidato falou mais alto que o ministro.....	18
Título: Repetro pode dar ao RJ receita de R\$ 124,2 bi.....	19
Título: Aneel vê contas de luz em nível preocupante	20
Título: A revolução digital do setor elétrico e de serviços públicos.....	21
Título: Advogados da Eletrobras viabilizam acordo	23
Título: Aneel mantém em 8,09% a taxa de remuneração das distribuidoras.....	25
Título: Modelo de térmica associada ao poço de gás atrai investidor.....	26
Título: Imetame e Tradener têm projetos na Bahia e no Paraná	28
Título: Importador regional ganha espaço de BR e Ipiranga no AM.....	29
Título: Curta.....	31
Título: Petros e Previ veem potencial de recuperação	31
Título: Destaques	32

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Eliane Oliveira e Ramona Ordoñez

Título: Governo pode alterar tributos que incidem sobre combustíveis

Objetivo é reduzir impacto dos reajustes da Petrobras nos preços ao consumidor.

O presidente Michel Temer delegou ao ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, a missão de encontrar junto à Receita Federal uma solução para evitar que as oscilações nos preços dos combustíveis — que hoje variam de acordo com a cotação no mercado internacional — prejudiquem consumidores e a própria estatal. Segundo interlocutores do Planalto, a ideia é aliviar a carga tributária, de modo que eventuais oscilações tenham menor impacto no preço final. Um dos tributos que poderiam ser ajustados é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A contribuição, criada em 2001 e que incide sobre a importação e comercialização de combustíveis, ficou zerada entre 2011 e 2015 como forma de reduzir o impacto do reajuste dos combustíveis para os consumidores. Foi restabelecida em janeiro de 2015 por decreto da então presidente Dilma Rousseff, com outras medidas para elevar a

arrecadação federal, ficando em R\$ 0,22 para a gasolina e em R\$ 0,15 para o diesel.

Além da Cide, incidem sobre combustíveis ICMS (imposto estadual) e PIS/Cofins. Esses tributos também estão sendo avaliados, segundo um auxiliar do presidente Temer. De acordo com essa fonte, não há intenção de mexer na política de preços da Petrobras. — A Petrobras continua fazendo a política de preços dela, que está indo muito bem. A questão é que, depois que o produto sai da Petrobras, os impostos sobem, e, se os preços sobem, os impostos acompanham — disse a fonte. Até outubro de 2016, a Petrobras reajustava mensalmente os preços dos combustíveis. Em julho do ano passado, porém, os aumentos passaram a ser diários. Segundo fonte da empresa, o período de 30 dias foi considerado longo porque havia situações em que o valor cobrado pela estatal superava o preço fora do país, o que estimulava as importações, levando a Petrobras a perder participação no mercado. Por isso, a empresa não pretende retornar à política anterior.

Depois de conversar com o **Ministério de Minas e Energia** e a Petrobras, Temer pediu a Meirelles que discuta com a Receita uma solução. Um dos argumentos favoráveis à proposta é que a arrecadação está bem. — Na prática, você criaria uma fórmula que não transferisse esse aumento, essa oscilação imediata para o consumidor. Você não interfere em operação da Petrobras, como se interferia antes, mas você pode fazer uma operação para evitar que essa oscilação seja transferida também para a carga tributária que acompanha o produto — disse um técnico envolvido nas discussões. Em entrevista à Rádio CBN de Ribeirão Preto, Meirelles afirmou ontem que o governo está discutindo com a Petrobras uma nova política de preços para os combustíveis. Segundo ele, a ideia é encontrar uma fórmula de equilíbrio para evitar que a alta nos preços não afete o consumidor, ou que uma queda “muito grande” prejudique a Petrobras.

— Estamos discutindo com a Petrobras uma política de preços de maneira que o aumento do preço no mercado internacional não venha a prejudicar o consumidor em última análise e, por outro lado, que uma queda muito grande não venha a prejudicar a Petrobras. Tão logo tenha uma nova política de preços definida, vamos anunciar — disse o ministro. Meirelles evitou dar detalhes sobre a nova sistemática, mas descartou que o governo controle preços, como ocorreu no passado: — Esse governo não faz controle artificial de preços — afirmou, acrescentando que essa política “quase quebrou a Petrobras”. O ministro confirmou ainda que o governo busca uma alternativa para compensar o impacto da alta no preço do botijão do gás de cozinha para as famílias. Uma das propostas é reajustar o Bolsa Família de forma a recompor a inflação e uma parte do aumento do gás.

ESTATAL GARANTE QUE NÃO MUDA SUA POLÍTICA

A Petrobras, por sua vez, reafirmou ontem em nota que não vai alterar sua política de preços da gasolina e do diesel e que continuará fazendo ajustes diários, “conforme as variações nas cotações internacionais do petróleo”. E destacou ainda que, para reduzir a volatilidade, é preciso “alcançar os demais componentes do preço, sendo que o principal deles é a carga tributária, federal e estadual”. A estatal ressaltou que sua participação nos preços ao consumidor é de 50% no diesel e de 33% na gasolina. A empresa confirmou ter sido consultada pelo governo a respeito do comportamento das cotações no mercado internacional de petróleo, “quando registrou preocupação com a volatilidade dos preços para o consumidor final”. Mas a Petrobras garante que não foi cogitada qualquer mudança na política de preços. “Conforme, aliás, declarado pelo ministro da Fazenda, em nenhum momento se cogitou qualquer alteração nas regras atualmente aplicadas pela companhia, que são de sua exclusiva alçada”, afirmou a estatal em nota.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Para Aneel, tarifa de energia é ‘preocupante’

Diretor-geral da agência diz que é preciso encontrar saída para conter aumentos.

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse ontem que as tarifas de eletricidade no Brasil têm subido a níveis “preocupantes”. Ele criticou a quantidade de subsídios e afirmou que as autoridades do setor precisam encontrar saídas para conter os seguidos aumentos nos preços. — O valor da tarifa está atingindo patamar muito preocupante. A gente precisa discutir isso — disse Rufino. Os reajustes da Light e da Enel Rio (antiga Ampla) serão feitos na próxima semana, e a expectativa é que ultrapassem 15%. Ontem, a própria agência propôs reajuste médio de 25,8% nas contas da Cemig, que atende Minas Gerais e é a maior distribuidora de eletricidade em número de clientes do país. A proposta ainda passará por consulta pública antes de entrar em vigor.

— Não podemos ser indiferentes a isso. Porque bateu, na minha compreensão, também no limite da capacidade de pagamento do consumidor — acrescentou. Segundo Rufino, o que tem pesado mais sobre os consumidores é o custo de subsídios, bancados com a cobrança de encargos nas tarifas. Os clientes pagarão R\$ 16 bilhões nas contas de luz em 2018 para cobrir custos com subsídios e programas sociais do governo. Em 2017, os subsídios somaram R\$ 13 bilhões. Houve alta de 22%. Ontem, a oposição conseguiu adiar o início da discussão sobre a privatização da Eletrobras na Câmara. Por decisão do deputado Nelson

Marquezelli (PTB-SP), que integra a comissão que analisará o projeto de lei, o colegiado só poderá ser montado após as comissões permanentes da Câmara começarem a funcionar. Isso não tem data para ocorrer. A decisão é um revés para o governo, que pretende concluir a análise do projeto até junho.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Notas

Com que roupa?

Quando o assunto é Henrique Meirelles, está cada vez mais difícil separar o ministro do pré-candidato à Presidência. Com a agenda econômica esvaziada pela impossibilidade de votação da reforma da Previdência, Meirelles disse que o governo pode rever a fórmula de reajuste da gasolina. Só há duas opções nesse caso: a Petrobras subsidiar o combustível e ter prejuízo, como aconteceu no governo Dilma, ou o consumidor encher o tanque tendo como referência a cotação internacional. A ideia de buscar um meio termo parece contabilidade criativa. Não faz sentido para o ministro, mas tem tudo a ver com o pré-candidato.

Peso dos impostos

A Petrobras se viu obrigada a negar em nota, porque mudar a fórmula pode afetar a cotação da empresa. Na segunda-feira, a companhia rompeu a barreira dos R\$ 300 bilhões em valor de mercado. Na época do preço controlado, ela chegou a valer R\$ 67 bi. Já a análise dos preços da gasolina nas refinarias mostra que pouca coisa mudou em um ano. Segundo dados da ANP, o litro valia R\$ 1,52 em 26 de fevereiro de 2017. Em 25 de fevereiro deste ano, estava cotado a R\$ 1,54. Alta de 0,08%. Nas bombas, o aumento foi de 12%. Um dos culpados, diz a consultoria CBIE, são os impostos, que subiram no período. Em julho de 2017, a alíquota de PIS/Cofins mais do que dobrou, de R\$ 0,38 para R\$ 0,79 o litro, e houve aumento de ICMS por vários governos estaduais.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Manoel Ventura, Fábio Teixeira e Gabriel Martins

Título: Ressarcimento por falta de luz em confrontos é suspenso

Empresas não restituirão prejuízo decorrente de ações da intervenção.

A crise na segurança atingiu em cheio mais um serviço no Rio: as distribuidoras de energia elétrica terão regras especiais durante o período de intervenção. Caso comprovem que a interrupção do fornecimento foi devido à ação das tropas e que a violência impediu o restabelecimento do serviço, a Light e a Enel (ex-Ampla) estarão isentas de pagar compensações devidas ao consumidor prejudicado. A decisão deve atingir mais de 1,2 milhão de clientes das duas companhias que moram em áreas de risco. Na semana passada, os Correios criaram uma taxa de R\$ 3 por encomenda enviada no Rio por causa do grande número de assaltos. A mudança de regras foi autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que garantiu o tratamento diferenciado até 31 de dezembro, data em que deixa de vigorar o decreto de intervenção federal. Para as empresas, a medida é necessária.

“O cenário do Rio dificulta bastante a atuação da concessionária, tanto no combate ao furto de energia como na manutenção dos padrões de qualidade do serviço dentro dos limites estabelecidos pela Aneel”, afirmou a Light, por meio de nota. “Em situações envolvendo conflitos armados, tarefas como o restabelecimento da energia só podem ser executadas após o término dos confrontos, pois os profissionais da Light ou a serviço da empresa precisam atuar em condições de segurança”, acrescentou a companhia. A concessionária, que atende a capital e outros 30 municípios do interior, contabiliza 426 áreas de risco, nas quais estão 824 mil clientes (mais de 20% do total de quatro milhões de consumidores). Já a Enel — que pediu a mudança nas regras para a Aneel — afirma ter 395 mil clientes em 217 áreas de risco (13% do total de três milhões). A companhia atribui o problema à migração da violência da capital para o interior do estado, onde ficam os municípios sob sua concessão.

Há dez anos, cerca de 70 mil dos 2,5 milhões de clientes da empresa (2,8%) viviam em regiões sob o domínio de criminosos. Atualmente, a Enel atende 66 cidades, mas a maior parte das comunidades está concentrada em Niterói e São Gonçalo. Do universo de clientes em áreas de risco, 232 mil moram nos dois municípios, onde a concessionária diz ter 133 favelas perigosas. “A Enel acredita que a decisão da Aneel é um passo necessário no reconhecimento da situação social crítica de segurança que tem impactado há bastante tempo, e ainda impacta, o Rio de Janeiro, que afeta negativamente o serviço aos clientes, limitando fortemente e até impossibilitando o trabalho da empresa”.

EMPRESAS PRECISAM DE PROVAS

Pelas regras do setor, as distribuidoras pagam compensações aos clientes quando a falta de luz tem duração ou frequência maiores que indicadores definidos pela Aneel. Se isso acontece, uma fórmula define o valor que será “reembolsado” ao consumidor por meio de desconto na conta. Na prática, essa compensação faz pouca diferença no bolso do cliente. Para as companhias,

porém, pode representar milhões de reais, pois os valores precisam ser pagos a todos os afetados. A medida que foi suspensa, no entanto, visa a incentivar a concessionária a restabelecer o fornecimento rapidamente. Quanto mais tempo o cliente fica sem luz, maior é o desconto que ele terá na conta. Só no ano passado, a Light pagou R\$ 27 milhões em compensações, e a Enel desembolsou cerca de R\$ 27,5 milhões. Nem todos esses valores, porém, são relativos à violência. Falta de luz por conta de chuvas ou outros fatores pode ocasionar o desconto. Para garantir a isenção no pagamento dessa compensação, as empresas vão precisar provar que a interrupção de energia foi devido a conflitos. “Os eventos (que causaram a falta de luz) devem estar estritamente relacionados ao objeto do decreto presidencial, qual seja a atuação das Forças Armadas em conflitos que tenham gerado interrupções do serviço, com consequente impossibilidade de atuação imediata da distribuidora”, diz trecho de nota técnica da Aneel.

Em carta enviada à agência reguladora, a Enel alegou, por exemplo, que, em 10 de janeiro, um confronto entre policiais e criminosos num bairro de Macaé, no Norte Fluminense, impediu o acesso de funcionários à rede para restabelecer o fornecimento de energia por mais de dez horas. Nesse caso, a empresa argumenta que deveria ter ficado isenta do pagamento da compensação aos clientes. Para a coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecom) da Defensoria Pública do Rio, Patrícia Cardoso, trata-se de uma questão delicada, que pode abrir um precedente para que outras concessionárias de serviços públicos tomem decisões similares. — A norma, em tese, não desobriga as concessionárias de realizarem os reparos. Ela só não as incentiva a fazer isso em um prazo mais curto. E ela só vale para situações muito específicas — explica a defensora. — Mas o pior é que abre um precedente.

“PARECE UM ESTADO DE GUERRA”

Para Patrícia Cardoso, ao mesmo tempo em que é injusto punir o morador de áreas conflagradas, também não se pode pedir que as empresas coloquem em risco seus funcionários para restabelecer energia em meio a um conflito: — É muito difícil ver o que está acontecendo no Brasil. Parece um estado de guerra, com medidas excepcionais. Seria fácil eu falar que o Código do Consumidor precisa ser respeitado, mas como a empresa vai mandar um funcionário para dentro de uma área com confronto? É complicado. Para o Procon do Rio, a medida é aceitável por ter caráter provisório. “Em virtude do caráter extraordinário e temporário da intervenção, a nova regra pode ser aplicada, desde que uma eventual demora no reparo seja devidamente justificada pela fornecedora de energia”.

COMO SE CALCULA A COMPENSAÇÃO

A compensação financeira paga pelas empresas para o cliente em caso de falta de energia segue uma fórmula complexa. Ela leva em consideração o número de horas de interrupção (além de um limite mínimo estipulado), que é multiplicado pelo custo de distribuição da energia. O resultado dessa conta ainda deve ser multiplicado por 15, que é o “fator de compensação” determinado para o consumidor residencial. Por exemplo: um consumidor cuja conta é de R\$ 100, dos quais R\$ 30 correspondem ao custo de distribuição, e que tenha ficado duas horas sem luz, além do limite pré-estabelecido (que varia de acordo com a região). Nesse caso, divide-se o custo da distribuição (R\$ 30) pelo número de horas do mês (730), obtendo assim o valor de R\$ 0,041. Como a interrupção foi de duas horas, chega-se a R\$ 0,082. É preciso ainda multiplicar esse custo por 15. Então, o valor do desconto na próxima fatura mensal do cliente será de R\$ 1,23.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Notas**

Headhunter na BR

A revolução por minuto que Pedro Parente promove na Petrobras vai alcançar o Conselho de Administração, órgão de orientação e direção superior da companhia. Em abril, haverá eleição para a renovação do conselho da estatal e da subsidiária Petrobras Distribuidora. São dez vagas para cada uma. Haverá mudanças. No caso da BR, um headhunter, um contratador de executivos, apontará alguns conselheiros.

Segue...

A ideia é tornar a empresa cada vez mais independente da politicagem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes / Idiana Tomazelli****Título: Meirelles quer reduzir preço da gasolina**

Pré-candidato, ministro da Fazenda promete mudar política de reajuste dos combustíveis; Petrobrás diz que é preciso mexer na tributação.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, prometeu ontem mudanças na política de reajuste dos combustíveis pela Petrobrás para diminuir os efeitos no

bolso dos consumidores, mas a única saída é alterar a tributação sobre esses itens, segundo apurou o 'Estado/ Broadcast'.

De acordo com fontes, o assunto está sendo discutido entre Meirelles e o ministro da Secretaria- Geral da Presidência, Moreira Franco. As negociações ocorrem em meio às tratativas do ministro da Fazenda para se filiar ao MDB e tentar se viabilizar como candidato do governo à Presidência nas eleições de 2018.

O maior problema é que o governo não pode neste momento abrir mão de receitas, já que medidas para ampliar a arrecadação empacaram no Congresso Nacional. Por outro lado, o governo do presidente Michel Temer não consegue capitalizar junto à população a maior vitória de sua equipe econômica, que é a redução da inflação. Com o preço elevado dos combustíveis e do gás de cozinha, os consumidores não percebem o arrefecimento nos preços.

Em entrevista à rádio CBN Ribeirão, Meirelles disse que o governo discute com a Petrobrás uma política de combustíveis “de maneira que um aumento de preços (do petróleo) no mercado internacional não venha a prejudicar o consumidor em última análise, e, por outro lado, uma queda muito grande também não venha prejudicar, no caso, a própria Petrobrás”.

O ministro, no entanto, descartou o retorno da intervenção do governo nos combustíveis, ao ser confrontado também com a revisão recente na política de preços do gás de cozinha anunciado pela estatal, após a disparada nos preços do insumo. “Esse governo não faz controle artificial de preços. Isso foi uma política mau sucedida no governo anterior que quase quebrou a Petrobrás e prejudicou o governo e o setor produtivo como um todo. Isso não será feito”, afirmou.

Posição.

Horas depois, a Petrobrás resolveu marcar posição divulgando nota e deixou claro que, se o governo quiser resolver o problema, é preciso mexer na tributação. O governo tem se movimentado para tentar algumas medidas imediatas para a redução do preço dos combustíveis, entre elas a provocação feita por Moreira Franco ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para acelerar investigações de possíveis cartéis no setor.

A outra opção envolve mudanças na tributação, inclusive e articulação com os Estados. Hoje incidem sobre os combustíveis PIS/Cofins, Cide (ambos federais) e ICMS (estadual). A avaliação na área econômica, porém, é que de a margem fiscal é muito pequena para abrir mão de receitas.

COLABORAM GUSTAVO PORTO E FERNANDA NUNES

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Vinicius Torres Freire****Título: A gasolina do candidato Meirelles**

O GOVERNO pretende evitar mudanças grandes ou frequentes no preço da gasolina. Não é informação de cocheira. Foi o que disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em uma entrevista esquisita para a rádio CBN, nesta terça (6).

Meirelles tenta se tornar candidato a presidente por algum partido. O preço da gasolina subiu 12% nos últimos 12 meses, quando a inflação média foi de 2,9%. A gente ouve nas ruas que a baixa da inflação é conversa do governo, porque “ainda está tudo caro”. O povo cita o exemplo da gasolina e o do preço do botijão de gás, que aumentou 15% em um ano.

Ainda assim, é esquisito. Populismo com preços se faz, não se alardeia pela metade. Mas Meirelles não é adepto de ousadias nem de maluquices econômicas, como tabelamentos. Além do mais, na presente situação é difícil inventar maneira de atenuar altas e baixas de preços dos combustíveis.

Foi estranho também Meirelles soltar um balão de ensaio desses, balão que poderia ser furado pela Petrobras, como foi.

A petroleira disse que de fato bateu um papinho genérico sobre o assunto como governo, mas ressaltou que vai manter os reajustes diários. De quebra, recomendou ao governo que tome conta do seu quintal, dando um jeito nos impostos sobre combustíveis.

Como evitar aumentos grandes de preços para o consumidor final ou quedas excessivas que prejudiquem a Petrobras, como quer Michel Temer, segundo Meirelles?

Até o fim dos governos petistas, havia um imposto moderador de preços de combustíveis, a Cide. Quando o preço nas refinarias subia, baixava-se o imposto, e vice-versa. Dentro de certos limites de variações de preços no mercado mundial, era possível estabilizar o custo para o consumidor sem causar perdas à Petrobras. O governo tinha pois uma espécie de fundo virtual, bancado pela Cide, para estabilizar o preço na bomba. Mas, se o custo internacional do petróleo e derivados mudasse de patamar de modo mais duradouro e relevante, não tinha jeito. A Cide não dava conta.

A Cide ainda existe, mas o governo usa o dinheiro recolhido para cobrir déficits. A fim de usar o imposto como moderador de preços, seria preciso primeiro elevar a alíquota (e, pois, os preços dos combustíveis). Não vai colar.

Uma alternativa seria criar alguma espécie de fundo moderador na própria Petrobras, por exemplo. Com o preço doméstico estável, a petroleira ganharia mais nas baixas do mercado mundial, compensando perdas por não elevar os preços durante as altas de petróleo e derivados. Era uma política tácita no país até que Dilma Rousseff praticamente tabelou os preços da estatal e, também por esse motivo, levou a empresa à ruína.

Seria um escândalo que um governo de economistas liberais interferisse assim em preços. Além do mais, haveria encrenca com Pedro Parente, presidente da Petrobras. Importadores de combustíveis reclamariam da manobra, como já estão fazendo mesmo sem interferência governamental. Mais que isso, poderiam importar combustíveis se o preço da estatal ficasse muito acima daquele do mercado mundial, ganhando algum mercado.

Sem querer, querendo, ou não, o ministro da Fazenda pregou um broche de candidato no paletó. Não pegou bem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ESTELITA HASS CARAZZAI DE WASHINGTON

Título: Indústrias dos EUA tentam barrar taxas

Medida de Trump para aumentar tarifas de importação do aço e alumínio enfrenta resistência de empresários

Elevação de custos preocupa; segundo estudo, nova política pode desempregar 179 mil americanos

O empresário Max Tejeda ainda veste o boné da campanha de Donald Trump, bordado com a frase “Faça a América Grande Novamente”. Tejeda, porém, não está satisfeito com a última novidade do republicano: a imposição de tarifas sobre o aço e o alumínio importados pelo país, anunciada na semana passada.

“É a pior decisão que ele poderia ter tomado”, disse Tejeda, ao Houston Chronicle.

Dono de fábrica de tubos para extração de petróleo no Texas, ele importa boa parte de sua matéria-prima. Em suas estimativas, a imposição de uma tarifa de

25% sobre o aço, como anunciou Trump, iria aumentar seus custos em 13%, além de desacelerar a demanda por seus produtos.

A apreensão é comum a outros setores da economia dos EUA, que tentam convencer o presidente a voltar atrás na decisão -que ainda não foi detalhada, nem oficializada pelo Departamento de Comércio.

O Brasil, segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos, seria um dos países mais afetados. A União Europeia e o Canadá ameaçaram retaliar produtos americanos caso a decisão seja levada a cabo.

Mas boa parte da própria indústria dos EUA trabalha contra a tarifa, preocupada com o aumento dos custos de produção e o impacto sobre o mercado e o emprego.

Um estudo divulgado nesta semana pela consultoria The Trade Partnership, especialista em comércio exterior, estima que 179 mil vagas de trabalho seriam cortadas nos Estados Unidos com a medida, em especial nos setores de serviço, construção, metalurgia e automotivo.

Essas indústrias precisariam lidar com custos mais altos, perda de competitividade e consequente perda de mercado, o que levaria a prováveis cortes de trabalho, segundo os economistas Joseph Francois e Laura Baughman, autores do relatório.

Eles ressaltam que as tarifas gerariam 33 mil empregos no setor siderúrgico, que atualmente concorre com a matéria-prima importada —e que celebrou a decisão.

Trump prometeu, ainda na campanha, que iria revitalizar a indústria de aço e alumínio no país, e voltou a exaltar a geração de vagas. Ele justifica a medida com base na segurança nacional. “Se você não produz aço ou alumínio, você não tem um país”, afirmou o presidente.

Mas a proporção, segundo o estudo, é de cinco vagas perdidas a cada uma criada. “O preço a pagar seria muito alto”, afirmam os autores.

REAÇÕES

Os efeitos de eventuais retaliações comerciais aos EUA também preocupam outros setores econômicos.

Um dos mais apreensivos é o setor agrícola, que no passado já sofreu retaliação contra produtos como trigo e suco de laranja.

“É um potencial de milhões e milhões de dólares, contra produtores que não têm nada a ver com essa briga”, afirmou à Folha Josh Rolph, diretor de políticas públicas da Federação de Produtores Rurais da Califórnia.

A exportação é responsável por metade das receitas dos agricultores da região —que, apesar do pendor democrata do estado, votaram massivamente em Trump.

“É um erro não só económico como também político”, afirma Rolph. “Ele [Trump] chama os agricultores de base, mas, se continuar a fazer coisas como essa, vai colocar seu capital político em risco.”

Rolph lembra que as tarifas já não funcionaram em 2002, quando George W. Bush impôs a mesma medida sobre o aço. Na época, 200 mil pessoas perderam seus empregos, segundo estudo da The Trade Partnership.

Lobistas e representantes de indústrias prejudicadas passaram os últimos dias em reuniões com o Departamento de Comércio para tentar restringir as tarifas a determinados produtos —assim como políticos republicanos, que se opõem à medida.

Tejeda faz campanha até mesmo nas redes sociais: nesta terça (6), marcou o presidente Trump, a primeira-dama Melania, o secretário de Comércio e até os filhos de Trump em um publicação com sugestões de tarifas gradativas para aço, a depender do país exportador e do produto.

“Nós precisamos escolher nossos alvos, e não impor uma tarifa linear de 25% para todos”, afirmou. “Se houver guerra comercial, que seja estratégica.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Importadores vão ao Cade contra Petrobras

Associação diz que estatal brasileira pratica preços abaixo do mercado internacional

Empresas importadoras de combustíveis acusam a Petrobras de praticar preços abaixo do mercado internacional e pediram ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) investigação sobre possíveis práticas anti-concorrenciais pela estatal.

A acusação é da Associação Brasileira das Importadoras de Combustíveis (Abicom), entidade que reúne nove empresas que trazem derivados de petróleo do exterior para o Brasil.

“A Petrobras vem falando que sua política de preços prevê a paridade de importação [que soma as cotações internacionais mais os custos de transporte], mas a gente observa que isso não tem acontecido em alguns portos”, disse o presidente da entidade, Sérgio Araújo.

A estatal nega e diz que o crescimento das importações por terceiros nos últimos anos é uma evidência de que não há obstáculos à atuação de outros fornecedores.

A Abicom entrou com representação no órgão de defesa da concorrência no fim de fevereiro. A informação foi antecipada pelo jornal Valor Económico e confirmada pela Folha com a entidade.

De acordo com Araújo, a ideia é provocar o Cade a investigar os preços praticados pela estatal, para entender se há práticas anticoncorrenciais. As importações de combustíveis por empresas privadas dispararam nos últimos anos. Desde o início de 2017, porém, a estatal vem demonstrando preocupação com a perda de mercado.

Em julho, alterou sua política de preços para garantir maior flexibilidade à área técnica para enfrentar a concorrência.

IMPORTAÇÕES

De acordo com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), as empresas privadas foram responsáveis por 78,6% das importações de gasolina e 95,7% das importações de diesel em 2017.

“Outros agentes aumentaram sua participação nos últimos anos e continuam a importar gasolina e diesel para o país, o que é uma evidência de que a Petrobras não impede a atuação de outros fornecedores nesse mercado”, disse, em nota a estatal.

Araújo diz que a prática de preços mais baixos começou a se intensificar em dezembro do ano passado.

Ele reclama que a estratégia da Petrobras prejudica empresas que realizaram investimentos ou fizeram contratos de longo prazo para armazenar combustíveis importados.

“A gente não conhece o custo da Petrobras, então estamos querendo saber se ela tem praticado preços abaixo de custo”, diz ele.

Com a perda de mercado, a Petrobras tem operado suas refinarias com elevados níveis de ociosidade.

No terceiro trimestre de 2017, último dado disponível, o nível de utilização da capacidade das refinarias estava em 78%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Meirelles cria divergência com Petrobras

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta terça-feira (6) que o governo discute com a Petrobras uma nova política de preços de maneira que um aumento no mercado internacional não venha a prejudicar o consumidor e, por outro lado, uma queda muito grande não faça o mesmo com a estatal.

A possibilidade de revisão da política, no entanto, foi rechaçada pela estatal, que disse em nota divulgada no início da tarde que a definição de preços é de sua exclusiva alçada.

Meirelles falou sobre o tema em entrevista à rádio CBN de Ribeirão Preto na manhã desta terça (6). “Tão logo tenhamos uma nova política de preços definida, nós vamos anunciar”, afirmou o ministro.

Na entrevista, ele também avaliou que é necessário rever a questão da remuneração do produtor do álcool, mas ressaltou que o governo do presidente Michel Temer não faz controle artificial de preços, descartando qualquer investida nesse sentido.

“Este governo não faz controle artificial de preços. Isso aí não existe. Isso foi uma política malsucedida do governo anterior que quase quebrou a Petrobras e prejudicou o governo como um todo. Isso não será feito”, completou.

A Petrobras disse ter sido consultada pelo governo sobre os preços no mercado internacional, mas que não se cogitou qualquer alteração nas regras aplicadas hoje.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Negócios**Autor:****Título:** Chinesa State Grid ficará com a AES Eletropaulo?

Mercado S/A

O clima é de apreensão na sede da distribuidora de energia AES Eletropaulo (foto), em Barueri, na Grande São Paulo. Depois de a americana AES revelar o interesse em vender sua fatia de 17% no capital da companhia, é dado como certo que os chineses da State Grid, maior empresa do setor no mundo e controladora da CPFL Energia, serão os novos sócios. Um executivo graduado da AES afirma que as negociações já começaram e que a venda está próxima de ocorrer. Não é de hoje que os chineses demonstram interesse em aumentar sua presença no setor elétrico brasileiro. A State Grid participou de oito dos últimos 10 leilões ou privatizações no país. O que assusta os funcionários da AES Eletropaulo é o modelo de gestão da gigante chinesa. Nos mercados em que atua, a State Grid é conhecida pela administração rigorosa de recursos. Se o negócio vingar, é provável que a nova empresa passe por uma “reavaliação do quadro de empregados”, conforme informa o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Brasil**Autor:** Claudia Safatle, Rodrigo Polito e Estevão Taiar | De Brasília, Rio e São Paulo**Título:** Meirelles fala em mudar preços de combustíveis, mas recua no fim do dia

O governo não vai mexer nos preços dos combustíveis estabelecidos pela Petrobras diariamente, com base na variação dos preços internacionais do petróleo, afirmou o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ontem à noite, ao chegar em Nova York. O que está se avaliando, explicou, é a estrutura de preços na bomba de gasolina, onde o que é cobrado pela estatal do petróleo é apenas uma parte.

Há muitos impostos embutidos no que o consumidor final paga no posto de gasolina, dentre outros custos, lembrou. "É isso que estamos vendo, se há alguma maneira de tratarmos esses outros custos, afirmou". Os preços da Petrobras são e continuarão sendo da alçada da companhia, disse o ministro.

A explicação veio depois que declaração dada na manhã de ontem por Meirelles, com relação à política de preços da gasolina, provocou um estranhamento entre ele e estatal. O ministro, que pretende se lançar candidato à Presidência, disse que o governo está discutindo com a companhia uma nova política de preços dos combustíveis, para evitar que a empresa e o consumidor final sejam prejudicados pela volatilidade dos preços no mercado internacional.

A Petrobras admitiu ter sido consultada pelo governo sobre a oscilação dos preços, mas negou qualquer possibilidade de rever o mecanismo atual dos preços da gasolina e do óleo diesel.

A declaração de Meirelles foi dada à rádio CBN Ribeirão Preto. Ele alegou que o tema está em discussão pelas partes. O ministro garantiu apenas que não haverá controles artificiais de preços. "Esse governo não faz absolutamente controle de preços. Isso não será feito". O controle de preços dos combustíveis feito pelo governo anterior causou grandes prejuízos à estatal.

Após as declarações de Meirelles, as ações da petroleira passaram a cair. Depois que a Petrobras negou a mudança na política de preços dos combustíveis, os papéis voltaram a se valorizar, mas as ações ON e PN fecharam o dia com queda de 0,67% e 0,99%, respectivamente, motivadas também pela oscilação dos preços do petróleo.

Em nota, a Petrobras confirmou ter sido consultada pelo governo a respeito da oscilação dos preços internacionais. A estatal, contudo, ressaltou que "em nenhum momento", foi cogitada a alteração na política de preços dos derivados de petróleo da companhia, "que são de sua exclusiva alçada". Acrescentou que "continuará ajustando o preço da gasolina e do diesel em suas refinarias diariamente conforme as variações nas cotações internacionais do petróleo".

A Petrobras explicou ainda que, a parcela da refinaria constitui menos de 50% e de 33% nos preços do diesel e gasolina ao consumidor final, respectivamente. "Qualquer medida cujo objetivo seja o de reduzir a volatilidade deverá alcançar os demais componentes do preço, sendo que o principal deles é a carga tributária, federal e estadual", informou a empresa.

Meirelles não se comprometeu a reduzir os tributos que incidem sobre os combustíveis. Disse apenas que o governo vai "analisar toda a estrutura de custos que elevam o preço na bomba dos postos" e que não afetará a política de preços ou margens de lucro da Petrobras. "Não estamos insensíveis ao problema", afirmou. A oscilação diária de preços ao consumidor afeta tanto as famílias quanto as empresas. "Como governo, vamos ver o que é possível fazer", disse.

Nas últimas semanas, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, tem reiterado que a alta dos preços dos combustíveis nos postos não se deve à política de preços da estatal, mas principalmente aos impostos. "À questão do preço do combustível, a resposta não está na Petrobras. Se estamos praticando um preço cuja referência é internacional, por definição, não é um preço injusto", disse ele, após participar de evento na FGV, no Rio, na semana passada. "Vivemos a realidade de uma empresa normal, que se preocupa com participação de mercado e margem. Isso é natural".

A atual política de preços da gasolina e do diesel da Petrobras foi implementada em outubro de 2016 e tem como base a paridade com o mercado internacional, além de uma margem para remunerar riscos inerentes à operação. Em julho do ano passado, a Petrobras aumentou a frequência dos reajustes, com correções diárias, para acompanhar a volatilidade crescente da taxa de câmbio e das cotações de petróleo e derivados no mercado externo.

De acordo com estimativas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a Petrobras perdeu cerca de US\$ 40 bilhões com a política de preços anterior, praticada entre 2010 e 2014, e que consistia em comercializar combustíveis a um valor abaixo da paridade internacional, para conter a pressão inflacionária.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Angela Bittencourt | São Paulo

Título: O dia em que o candidato falou mais alto que o ministro

Na linguagem popular, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, botou a mão num vespeiro e levou de carona o presidente Michel Temer. Ontem de manhã, em entrevista à rádio CBN, afirmou que o governo está discutindo com a Petrobras uma nova política de reajuste de preços dos combustíveis.

O ministro esclareceu que o objetivo da nova política é evitar que nem o consumidor final nem a empresa sejam prejudicados com oscilações bruscas do preço do petróleo no mercado internacional. "O presidente Michel Temer está trabalhando nisso também e, tão logo haja uma nova política definida, vamos anunciar", disse.

Na entrevista, Meirelles afirmou que, diferentemente do que foi feito no governo Dilma Rousseff, não haverá controles artificiais. "Esse governo não faz controle artificial de preços. Isso não existe, foi uma política malsucedida do governo anterior que quase quebrou a Petrobras e prejudicou o governo como um todo. Isso não será feito."

Por entusiasmo ou "premonição", Meirelles foi bem além do plausível, mesmo sendo ministro da Fazenda, ou até por ser o titular da Fazenda. Primeiro, porque entusiasmo de pré-candidato à Presidência da República não deve contaminar discurso oficial; segundo, não há 'premonição' quando um ministro de tal envergadura faz afirmações que podem ser atribuídas a uma agenda que ainda não foi aprovada pelo governo.

"Não gosto de falar sobre coisas que ainda não estão decididas. É muito importante que nós transmitamos certo nível de confiança. É importante para o público, para que ele de fato saiba que tudo aquilo que está sendo anunciado será cumprido. Portanto vamos esperar a decisão e daí anunciar", afirmação que soou ingênua depois das supostas revelações.

No início da tarde de ontem, a Petrobras informou em nota, ao **Valor**, que o governo federal consultou recentemente a companhia sobre o comportamento dos preços internacionais de petróleo, registrando preocupação com a volatilidade no valor dos combustíveis para o consumidor final. A estatal, contudo, ressaltou que em nenhum momento foi cogitada a alteração na política de preços dos derivados de petróleo da empresa, "que são de sua exclusiva alçada".

"A Petrobras continuará ajustando o preço da gasolina e do diesel em suas refinarias diariamente conforme as variações nas cotações internacionais do petróleo", informou a estatal, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Repetro pode dar ao RJ receita de R\$ 124,2 bi

O Estado e os municípios do Rio de Janeiro têm potencial de arrecadação de R\$ 124,2 bilhões em participações governamentais oriundas das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, caso o "Repetro", regime aduaneiro especial para o setor, de âmbito federal, permaneça válido para o Estado. Os cálculos são do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP).

Ontem, por decreto estadual, o Rio de Janeiro aderiu ao Repetro, cuja extensão para 2040 foi aprovada por Lei federal no ano passado. O projeto de lei estadual 3.660/2017, em trâmite na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, prevê que a adesão considere apenas as atividades de exploração petrolífera.

"O maior investimento está na fase de desenvolvimento da produção. Se não houver Repetro [no Rio de Janeiro] e outro Estado tiver [o regime especial], a plataforma pode ser construída em outro Estado", disse o secretário-executivo de Exploração e Produção do IBP, Antonio Guimarães, após participar de audiência pública sobre o tema na Assembleia Legislativa.

Segundo o executivo, caso o projeto de lei seja aprovado na forma atual, ele tem potencial para reduzir a taxa de retorno dos projetos petrolíferos abaixo de 10% e torná-los inviáveis no Estado. "O mais importante é viabilizar os projetos", disse.

O Repetro prevê que as companhias sejam isentas de tributação na importação de equipamentos para exploração e produção no mar. A adesão dos Estados ao Repetro permite a extensão da isenção fiscal para tributos estaduais.

Guimarães disse que não se pode compensar perdas de royalties com aumento do ICMS. "O contexto da situação está muito além do debate sobre o ICMS. Essas questões têm que ser endereçadas de forma legítima, em outro fórum, que é no legislativo federal".

Em outra conta apresentada pelo executivo, os projetos petrolíferos previstos para o Rio podem demandar US\$ 9,5 bilhões de investimentos anuais e gerar 230 mil empregos e geração de valor de US\$ 2,5 bilhões.

Presente à audiência, o diretor de Petróleo, Gás, Bioenergia e Petroquímica da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Alberto Machado, disse, que o Repetro prejudica a indústria nacional de equipamentos. Segundo ele, por causa do Repetro, a indústria nacional teve que vender os componentes com isenção e não teve como compensar os impostos pagos por ela. Ele defendeu que outros Estados também não realizem a adesão à extensão do Repetro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel vê contas de luz em nível preocupante

A pressão de custo de subsídios e tributos sobre as contas de luz tem preocupado a Agência nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ontem, o diretor-geral, Romeu Rufino, disse que, em consequência, o valor das tarifas tem assumido um "patamar muito preocupante". A queixa de Rufino veio durante a tomada de decisão da diretoria sobre a taxa anual de remuneração das

distribuidoras, respondendo às manifestações do setor sobre o volume de encargos cobrados dos consumidores de energia.

"Isso de fato nos incomoda também, e acho que a todos, distribuidoras, consumidores, o regulador, porque o valor da tarifa está assumindo patamar muito preocupante. Isso impacta toda a indústria. A gente precisa discutir isso de maneira mais efetiva", afirmou.

Ontem, a diretoria da Aneel propôs o aumento médio de 25,87% das contas de luz praticadas pela Cemig, distribuidora que atende a 8,2 milhões de clientes de 774 municípios de Minas Gerais. Se confirmada a projeção de alta, os consumidores industriais (alta tensão) terão aumento de 34,41% nas tarifas a partir de 28 de maio. No caso da distribuidora mineira, os tributos respondem por 30,7% da fatura, sendo 25,3% de ICMS.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Arlindo Filho, Reinaldo Fiorini e Wagner Gramigna

Título: A revolução digital do setor elétrico e de serviços públicos

De tempos em tempos, a humanidade dá um salto na maneira de trabalhar e consumir. Vivemos, neste momento, uma dessas periódicas revoluções. Não é novidade que a escalada da digitalização, a disponibilidade monumental de dados e seu vertiginoso processamento e a facilidade em extrair informações e de comandar à distância vêm mudando radicalmente a configuração de setores inteiros da economia.

Apesar desta nova revolução ter começado no setor financeiro - seja pela explosão de fintechs oferecendo produtos tradicionalmente exclusivos de bancos, como pelos próprios bancos refazendo seus modelos de negócio ao redor do digital - e já ter afetado hotelaria e transportes, a disrupção já avança até campos menos discutidos: é o setor de "utilities" (energia elétrica, água, saneamento e gás encanado) que está para ser reconfigurado pela onda de tecnologia digital e pelo uso de Advanced Analytics.

A noção tradicional de que distribuidoras de energia são monopólios naturais integrados de provimento de infraestrutura (fiação e equipamentos) com venda de energia elétrica está sendo rapidamente superada. No Reino Unido, por exemplo, até 2020 todo domicílio terá de ser dotado de um medidor inteligente. Com esse equipamento, dados dos clientes serão enviados para a nuvem, e não mais para a distribuidora cativa, de modo a permitir que um grande número de concorrentes analise os padrões de consumo de cada cliente e faça ofertas personalizadas.

Mudanças também acontecem na outra ponta da cadeia de valor. Em diferentes países, uma multiplicidade de geradores descentralizados já envia sua eletricidade para a rede. Isto torna a operação do grid bem mais complexa, ao mesmo tempo em que relega a distribuidora à mera função provedora de infraestrutura. Isto pode parecer inócuo graças a modelos regulatórios que remunerem a distribuidora pela parcela correspondente ao fio. Porém é fácil de imaginar um cenário em que a geração descentralizada permita ao consumidor desconectar-se da rede, deixando a distribuidora com uma estrutura de custos fixos a ser amortizada por uma clientela cada vez menor e com maior índice de perdas.

De um lado, Digital, Advanced Analytics e internet das coisas representam uma ameaça às empresas estabelecidas, mas, de outro, propiciam uma grande oportunidade. A transformação digital em "utilities" reduz o consumo de uma ampla gama de recursos - se a empresa for toda digitalizada, estimamos que seu lucro operacional possa aumentar em até 25%. Mais de 50 fontes de ganhos diferentes - ou use cases - já foram aplicados com sucesso em empresas ao redor do mundo.

A noção tradicional de que as distribuidoras de energia são monopólios naturais está sendo rapidamente superada

A manutenção corretiva e prescritiva (baseada em horas de uso ou número de eventos) dá lugar à manutenção preditiva, muito mais inteligente. Algoritmos sofisticados indicam equipamentos cuja probabilidade e custo de falha excedem o custo de manutenção antecipada. Com base nesses dados, estes algoritmos despacham as equipes de campo para reparo.

Digital garante a conexão imediata desses funcionários com a central de despacho, totalmente automatizada. Este despacho, antes feito manualmente conforme alguns parâmetros, passa a ser feito em tempo real, combinando informações sobre a composição e as restrições trabalhistas de cada equipe com disponibilidade de equipamentos e materiais em cada veículo, tempo de deslocamento até o local do serviço e até a habilidade específica de cada técnico. Depois de algumas operações, o algoritmo aponta que um profissional é melhor na instalação de um medidor do que na manutenção de um poste, por exemplo, e assim passa a lhe atribuir preferencialmente o primeiro tipo de serviço.

O uso de análise avançada de dados internos e externos também aprimora a detecção de fraudes, evitando o custoso envio de equipes para situações de desvio não verificadas quanto trazendo para a intervenção da concessionária situações antes despercebidas. A cobrança e a conversão em caixa também se otimizam, uma vez que a empresa pode usar uma análise de risco e uma régua

de cobrança não mais baseada em um segmento de clientes, mas no cliente em si. Numa distribuidora com 5 milhões de clientes, teríamos igual número de perfis de risco e tratamentos de cobrança. Considerando-se apenas as distribuidoras de energia elétrica, a digitalização do setor poderia trazer um benefício para o sistema da ordem de até R\$ 5 bilhões por ano.

Já vemos no Brasil concessionárias de serviço público com algumas iniciativas nesta direção - por exemplo, utilizando robôs para automatizar processos repetitivos, instalando dispositivos de localização e despacho dinâmico e montando repositórios de dados e modelos analíticos mais sofisticados. Apesar de estarem na direção correta, estas iniciativas ainda não configuram uma autêntica transformação digital, pois não envolvem a empresa como um todo nem estabelecem uma nova mentalidade. Este processo transformativo precisa ser capitaneado por ninguém menos que o CEO e repercutir em todos os níveis da empresa.

A PG&E, concessionária de energia elétrica e gás da Califórnia, talvez represente o melhor exemplo no mundo de empresa que está se convertendo em uma "utility of the future". A empresa criou um centro de excelência digital chamado Digital Catalyst. Essa nova unidade enviou especialistas para acompanhar o dia a dia de técnicos de eletricidade e gás para identificar maneiras de auxiliá-los em suas tarefas. E hoje é capaz de criar soluções para ajudar as equipes a completar inspeções de campo de maneira mais rápida e segura.

A privatização das distribuidoras da Eletrobras e a redução do custo de capital regulatório devem continuar o ciclo de incentivo a eficiência por parte das empresas do setor. A transformação digital é a principal das alavancas disponíveis para melhoria sustentável de desempenho destas companhias e, pela velocidade e exponencialidade da inovação, será uma vantagem para aquelas empresas que primeiro se transformarem. Está na hora de dar um salto. As luzes estão piscando.

Arlindo Eira Filho, Reinaldo Fiorini e Wagner Gramigna são sócios da McKinsey & Company no Brasil, e lideram as Práticas Locais de Materiais, Energia e Digital para Indústrias Capital Intensivas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Advogados da Eletrobras viabilizam acordo

A conclusão da disputa entre Eletrobras e Eletropaulo, que já se arrasta na Justiça há 30 anos, deve ter um resultado positivo para a estatal, em especial

para seus advogados - que também são funcionários da companhia. O **Valor** apurou com fontes próximas da negociação que eles devem ficar com cerca de R\$ 100 milhões dos R\$ 1,5 bilhão que a distribuidora paulista pagará à elétrica estatal.

Apesar de expressiva, a remuneração tem valor inferior a um quarto do previsto inicialmente. Quando as companhias iniciaram as negociações para o acordo, em outubro, tinha sido estabelecido que os advogados ficariam com 15% do total. Isso seria pago por meio dos chamados honorários de sucumbência - princípio pelo qual a parte perdedora arca com os honorários advocatícios da parte vencedora.

Considerando o valor pedido inicialmente pela Eletrobras para a dívida, R\$ 2,75 bilhões, os honorários superavam a cifra de R\$ 400 milhões. Como a estatal não contratou um escritório externo para a discussão, o montante acabaria nas contas bancária de um grupo de cerca de 70 advogados da Eletrobras. Todos, de alguma forma, atuaram no caso. No total, a empresa tem 110 advogados.

As negociações entre as duas companhias convergiram para o valor calculado pelo perito do caso: R\$ 1,67 bilhão. Porém, a questão dos honorários ainda era um obstáculo para a Eletropaulo, que alegava não ter condições financeiras de arcar com montante próximo de R\$ 2 bilhões. Esse seria o valor total do acerto caso os honorários ficassem em 15%.

A diretoria jurídica da Eletrobras conseguiu chegar a um entendimento com os advogados da estatal para baixar o percentual dos honorários para 7,5%. Foi esse "achatamento" que contribuiu para a cifra final do acordo caber no bolso da Eletropaulo.

Além de resolver o impasse com a distribuidora paulista, a redução do percentual ajudou a afastar um possível futuro problema para a estatal. Na década de 1990, a companhia teve uma vitória na Justiça em um caso de dimensão parecida. O resultado foi uma demissão em massa no seu quadro jurídico, e a estatal precisou realizar concurso público às pressas em meio à privatização de alguns ativos.

A distribuidora deve pagar cerca de R\$ 300 milhões à vista à estatal, e R\$ 1,2 bilhão será parcelado em seis anos. Um acordo preliminar de R\$ 1,6 bilhão, sendo R\$ 600 milhões à vista, foi aprovado pelo conselho da Eletrobras, mas foi barrado pelo colegiado da Eletropaulo.

Os conselhos de administração das duas companhias devem deliberar sobre a nova proposta de acordo ainda nesta semana. A Eletrobras chegou a trabalhar

para montar uma reunião extraordinária do conselho ontem, para discutir o acordo, mas acabou marcando para amanhã.

Enquanto as partes não chegam a um acordo, a Eletrobras continua sem um diretor jurídico definitivo, depois da saída tempestiva de Alexandre Aniz do cargo. O presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, assumiu a posição interinamente e lidera as conversas com a Eletropaulo.

O **Valor** apurou com duas fontes que a ex-diretora de administração da Eletrobras Aracilba Rocha está sendo cogitada para assumir essa diretoria. Engenheira e especialista em gerenciamento de empresas públicas e planejamento urbano, a executiva foi diretora da empresa entre os anos de 2005 e 2008. Outros nomes cogitados são Gustavo de Marchi, consultor jurídico da FGV Energia, além do ex-procurador-geral da Aneel Ricardo Brandão.

Procuradas, Eletrobras e Eletropaulo não comentaram o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel mantém em 8,09% a taxa de remuneração das distribuidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem pela manutenção da taxa anual de remuneração (Wacc, na sigla em inglês) das distribuidoras em 8,09% até 2019. A decisão foi tomada pela diretoria, diante do impasse sobre a aplicação dos parâmetros de cálculo. A remuneração atual vem sendo aplicada desde 2015.

As distribuidoras deverão contar com um novo índice somente em 2020. Até lá, a Aneel revisará a metodologia que define o índice aplicado nas revisões tarifárias, que duram quatro ou cinco anos.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) considerou positiva a decisão do comando da agência. "Reduzir o Wacc neste momento seria contra intuitivo e daria um sinal ao mercado de que o regulador não está levando em consideração os riscos atuais que o segmento de distribuição está enfrentando", disse o presidente da entidade, Nelson Leite, após a decisão.

Durante a reunião, os diretores chegaram a discutir o corte da taxa atual para 7,50%, por sugestão da área técnica. Se fosse acatada, este índice seria menor do que os 7,71% indicados em audiência pública aberta no fim do ano passado. O relator do caso, o diretor Tiago Correia, também teve sua proposta rejeitada,

que elevaria o índice para 8,26%. Já o diretor André Pepitone apresentou um voto revisor no sentido de manter a base da metodologia em nome da estabilidade regulatória.

A solução final, de manter a taxa até que seja revista a metodologia, partiu do diretor-geral, Romeu Rufino. Ele ressaltou que a regra atual deu brechas a interpretações que apontavam para a definição de índices de R\$ 7,5% a 8,9%. "Essa variação levaria a um impacto de apenas 0,3% na tarifa. Isso é muito pouco, mas tem uma sensibilidade grande do ponto de vista de quem vai financiar o setor".

Rufino disse que a agência deve optar por uma metodologia mais simples que manterá a taxa vigente pelo prazo de, pelo menos, cinco anos. Atualmente, a atualização é feita a cada três anos. "As distribuidoras reclamam, com razão, que investem hoje e, só daqui a quatro anos, na revisão tarifária, elas vão saber o Wacc que vai remunerar o investimento feito."

Leite afirmou que as distribuidoras se sentiram aliviadas de não contar com o corte na remuneração e nutrem, agora, a expectativa de obter um índice maior do que o aplicado atualmente. "O próprio voto do diretor Tiago [Correia] informou que o Wacc poderia chegar em 8,2%. Mas, como existe uma diferença na interpretação, é sensato que fique como está".

Representantes do setor se manifestaram em sustentação oral feita na reunião. A CPFL defendeu a manutenção da taxa para garantir o equilíbrio econômico da concessão e a qualidade do serviço.

A Light alegou que as distribuidoras não estavam preparadas para um corte na remuneração, pois ainda convivem com as "sequelas" da crise e outras incertezas, como o período eleitoral. A Eletropaulo alertou que o corte na remuneração poderia comprometer a capacidade de investimento do segmento em R\$ 7,8 bilhões em quatro anos. Durante a reunião, o presidente da Abradee recuperou o argumento de que o Brasil, mesmo com um risco-país maior que o de vizinhos sul-americanos, indicou adotar uma remuneração menor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Modelo de térmica associada ao poço de gás atrai investidor

Quatro anos após o início da operação do Complexo Parnaíba, no Maranhão, a geração "gas-to-wire" (como é conhecida a construção de termelétricas na boca do poço de gás) começa a ser replicada em outras regiões do país. Pioneira no

desenvolvimento do modelo, no Brasil, a Eneva pretende confirmar a construção dessas termelétricas como um dos principais eixos de crescimento nos próximos anos, dentro do seu novo plano estratégico. Enquanto isso, outras empresas, como Imetame e Tradener, também miram oportunidades no segmento.

Segundo o presidente da Eneva, Pedro Zinner, o objetivo é replicar o modelo adotado em menor escala, em projetos que variam de 100 a 150 megawatts. Hoje, a empresa opera um complexo de 1,4 gigawatts, no Maranhão, composto por quatro usinas que geram receitas fixas da ordem de R\$ 1,15 bilhão por ano, no mercado regulado.

Em novembro, a Eneva deu seu primeiro passo, para replicar o modelo de Parnaíba, ao adquirir, por US\$ 54 milhões, o campo de gás natural de Azulão, localizado na Bacia do Amazonas. Zinner afirma que o desejo é inscrever o projeto de uma termelétrica, na região, ainda este ano.

"O objetivo é viabilizar o projeto [de Azulão] para participarmos do leilão existente A-6 [previsto para este ano, mas ainda sem data marcada]. Olhamos outras alternativas no mercado. Existem uns PPAs [contrato de compra e venda de energia de longo prazo, do inglês Power Purchase Agreement] no mercado que tinham compromisso de entrega e não vão conseguir honrar os compromissos. Isso pode viabilizar a transferência de PPAs para quem tem melhores condições", disse Zinner, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

A Eneva espera que a compra de Azulão seja concluída ainda neste primeiro trimestre. O executivo explica que, a princípio, a intenção é aproveitar o projeto termelétrico original, de 110 megawatts, desenvolvido pela Petrobras. A usina térmica já está licenciada e foi, inclusive, inscrita em leilões passados.

O diretor de exploração e produção da Eneva, Lino Cançado, explica que, embora situada em outra região, o desenvolvimento de Azulão guarda semelhanças com o Parnaíba.

Além de seus próprios projetos, a Eneva é parceira de empresas interessadas em investir no segmento

"A distância do campo de Azulão para a capital [Manaus] é praticamente a mesma [do complexo do Parnaíba a São Luís]. Não estamos dentro da Floresta Amazônica, temos uma linha de transmissão a cerca de 12 quilômetros do campo, três cidades próximas. A condição é favorável. É similar ao Parnaíba do ponto de vista logístico", explicou.

Além de Azulão, a Eneva também pretende construir novas usinas no Maranhão, se confirmadas novas descobertas de gás natural na região. Segundo

Zinner, nas áreas mais próximas do complexo, as futuras descobertas serão utilizadas para garantir a operação das termelétricas já existentes, no longo prazo. Já nas áreas mais distantes, o plano é monetizar eventuais reservas que sejam descobertas a partir da construção de novas termelétricas, de 100 MW a 150 MW.

"É uma vertente de crescimento mais modular e em escala menor", disse o executivo.

Além do desenvolvimento de suas próprias reservas, a Eneva, segundo Zinner, é "parceira de escolha natural" de empresas interessadas no desenvolvimento de projetos "gas-to-wie", sobretudo no Parnaíba. Além da empresa, operam na região a Petrobras, Galp, Ouro Preto e Vipetro.

A Parnaíba Gás Natural (PGN), subsidiária da Eneva participou das últimas duas rodadas de concessão de blocos exploratórios. Na 13ª Rodada, em 2015, e na 14ª Rodada, no ano passado, a empresa arrematou 12 blocos, com o objetivo de fortalecer sua presença no Parnaíba.

A empresa opera 17 das 30 áreas sob concessão atualmente na Bacia do Parnaíba e se inscreveu para participar da 15ª Rodada, que ofertará, em terra, blocos no Parnaíba e Paraná. Questionado se a empresa poderia expandir sua atuação para fora do Maranhão, Zinner preferiu não comentar a estratégia de participação no leilão.

"Mas chamou a atenção, na 14ª Rodada, o fato de a Petrobras, uma empresa que tem foco no pré-sal, ter entrado na Bacia do Paraná", comentou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Imetame e Tradener têm projetos na Bahia e no Paraná

Enquanto a Eneva se consolida como referência na geração "gas-to-wire", outras empresas, como Imetame e Tradener, também miram oportunidades no setor. A capixaba Imetame investe cerca de R\$ 100 milhões para tirar do papel o primeiro projeto a gerar energia na cabeça do poço de gás, fora do complexo do Parnaíba.

A companhia negociou em 2015 uma pequena usina, batizada de Prosperidade I, de 28 megawatts, em Camaçari (BA), que consumirá o gás natural a ser produzido no campo de Cardeal do Nordeste, na Bacia do Recôncavo. A termelétrica, segundo boletim da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel),

começou a ser construída no ano passado e está atrasada. Prevista inicialmente para este ano, o empreendimento só deve começar a operar comercialmente em 2020. Prosperidade I foi concebido com previsão de ampliação futura, para até 90 megawatts, a partir do aumento da produção local de gás natural.

Outra empresa que tem a intenção de apostar no setor é a Tradener. A comercializadora recebeu autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) para iniciar a produção de gás natural na área de Barra Bonita, no centro do Estado do Paraná. Segundo o presidente da companhia, Walfrido Victorino Avila, a ideia é começar em abril os testes de produção. A previsão da Tradener é que Barra Bonita comece produzindo 30 mil metros cúbicos diários, mas atinja, em plena capacidade, 100 mil m³ /dia.

"Inicialmente, o gás será distribuído para pequenas indústrias e postos de gás natural veicular (GNV). No futuro, o desejo é replicar o modelo de negócio da Imetame e colocar uma pequena termelétrica na região", explicou.

Diretor de exploração e produção da Eneva, Lino Cançado destaca que as mudanças nas regras dos leilões de energia desde 2017 atendem a um pleito das empresas interessadas e ajudam a viabilizar novos projetos "gas-to-wire". Desde o ano passado, por exemplo, as empresas têm de comprovar, no leilão, combustível suficiente para dez anos de operação da usina, ante a exigência antiga, de 25 anos.

Na licitação de dezembro, duas térmicas a gás foram contratadas, mas nenhuma "gas-to-wire". Cançado vê as usinas que geram na cabeça do poço como "extremamente competitivas" frente às térmicas que operam com gás natural liquefeito e gás do pré-sal. Segundo a Eneva, enquanto a perfuração de um poço terrestre no Parnaíba custa entre US\$ 2 milhões e US\$ 3 milhões, os poços em águas profundas podem superar os US\$ 100 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Importador regional ganha espaço de BR e Ipiranga no AM

As duas principais distribuidoras do país, BR e Ipiranga, perderam, juntas, 3 pontos percentuais do mercado de diesel em 2017. A perda de participação tem sido impactada pelo crescimento das distribuidoras regionais, que têm se aproveitado das importações a preços competitivos para avançar no mercado. No Amazonas, contudo, a disputa de mercado foi parar na Justiça.

A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e a Plural (ex-Sindicom, associação que representa as maiores distribuidoras do país) travam com duas distribuidoras locais uma disputa judicial envolvendo a importação de diesel e gasolina em Manaus. A Amazônia Energia e Petro Energia, duas das cinco maiores companhias do setor, no Amazonas, obtiveram autorização, por liminar, para importar volumes relevantes de combustíveis com isenção de PIS/Cofins, por estarem dentro da Zona Franca.

Com a prática, a Amazônia Energia conseguiu mais que dobrar sua participação de mercado no ano passado. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a fatia de mercado da empresa no país subiu 0,53% em 2016 para 1,16% em 2017. Em Manaus (AM), a companhia viu sua participação subir de 22,35% das compras de diesel e gasolina em agosto, quando começou a importar com as isenções, para mais de 35% entre outubro e dezembro, superando a BR na liderança local.

A distribuidora regional obteve a autorização para importar com isenções de PIS/Cofins em agosto e teve sua liminar cassada no dia 29 de dezembro, mas conseguiu reverter a decisão. Diante do avanço de sua concorrente, a Petro Energia também obteve liminar, e posteriormente sentença, confirmando a possibilidade de importar gasolina e diesel desonerada de PIS/Cofins, desde que o produto fosse consumido na Zona Franca de Manaus (ZFM).

A Plural, contudo, questiona a atividade. Pela lei, a desoneração vale para a importação de insumos, desde que consumidos na Zona Franca de Manaus. A associação alega que não há um consenso se a importação de combustíveis por distribuidoras, para posterior revenda, pode ser enquadrada como uso de insumo.

A entidade também alerta para a dificuldade de se controlar se todo o volume importado está sendo de fato consumido na ZFM. A Plural vê indícios de que as empresas estejam aproveitando a isenção para avançar no mercado regional, fora da Zona Franca - que responde por cerca da metade do consumo de diesel do Amazonas. Segundo a associação, só a Amazônia Energia importou, entre agosto e dezembro do ano passado, 140 milhões de litros de diesel, o equivalente a metade dos volumes consumidos dentro da ZFM, pela média histórica.

A reportagem não conseguiu localizar a Amazônia Energia e a Petro Energia a tempo do fechamento da edição.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta**

Minério tem nova queda

Em seu terceiro dia consecutivo de queda, após tocar a máxima em seis meses, o minério de ferro chegou ontem ao menor valor desde 6 de fevereiro. Os preços da commodity com teor médio de 62% de ferro caíram 1,2% no porto chinês de Qingdao, para US\$ 76,07 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". No ano, o ganho acumulado ainda é de 4,8%, mas durante março há recuo de 3,2%. A cotação média no primeiro trimestre até agora atinge US\$ 76,64, 17% acima dos últimos três meses de 2017, mas queda de 10,5% na comparação anual.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Juliana Schincariol | Do Rio****Título: Petros e Previ veem potencial de recuperação**

Donas de 22,07% da BRF, os dois maiores fundos de pensão do país - Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil) - vêm amargando as perdas em bolsa da processadora de alimentos. As duas fundações já haviam declarado publicamente que não estavam satisfeitas com o desempenho do papel ao longo de 2017, mas os desdobramentos da Operação Trapaça intensificaram o tombo nos últimos dias. Apesar dos resultados negativos, os dois fundos de pensão sustentam que há potencial de recuperação do preço dos papéis.

A Previ afirma que não fez nenhuma venda das ações da BRF recentemente. "Acreditamos no potencial de recuperação de preço da companhia, dada sua representatividade no mercado em que atua, seu histórico e a qualidade de seus ativos", disse o diretor de investimentos do maior fundo de pensão do país, Marcus Moreira, em nota. No final de 2017, ele disse ao **Valor** que, mesmo insatisfeito com o desempenho de BRF, uma potencial venda não ocorreria no curto prazo, já que o preço não justificava o desinvestimento.

Em janeiro, as ações da BRF representavam 3,69% da carteira de renda variável do Plano 1, de benefício definido. A Previ tem 10,66% da BRF, ou 86,605 milhões de papéis. "Nosso investimento em BRF supera largamente todas as nossas métricas de referência, ficando acima da nossa taxa atuarial, da taxa básica de juros e da valorização do Ibovespa, considerado todo o histórico do investimento", disse o diretor.

A Petros detém 11,41% da BRF. "Apesar dos recentes resultados insatisfatórios, a Petros acredita na qualidade e na solidez da BRF e de seus produtos, e espera que esses problemas sejam episódicos e não alterem a história de sucesso da empresa no longo prazo", afirmou, em nota, sem responder se as perdas podem pressionar o cumprimento da meta atuarial.

"Esperamos que a Petros diminua em momento favorável a sua posição em BRF para algo em torno de 2% ou 3 %, que é o que recomenda as boas práticas de governança, principalmente depois de amargar recentemente perdas bilionárias com Itaúsa, que após a venda teve valorização de 36%", disse Abdo Gavinho, do grupo independente SOS Petros. Em 2017, a renda variável - que representa 22% dos recursos do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP) - teve alta de 14,62%, o maior dos últimos oito anos. Mas ficou abaixo do IBrX-100 (27,55%) e do Ibovespa (26,86%), em parte pela desvalorização de BRF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Light prepara captação

A empresa de energia elétrica Light se prepara para fazer uma captação com a emissão de títulos de dívida (bônus) no mercado internacional, de acordo com duas fontes que preferiram não ser identificadas. A companhia contratou o Banco do Brasil, Citibank e Santander para tocar a operação e já está em conversas preliminares com investidores, segundo as fontes. A expectativa é que a operação tenha volume de US\$ 300 milhões a US\$ 500 milhões e prazo em torno de sete anos. **(Daniela Meibak e Vinícius Pinheiro)**

MME / ASCOM .